

EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS EMPRESAS: O PAPEL DO GOVERNO, DAS PRÓPRIAS EMPRESAS E DA DIREÇÃO DO POLO EMPRESARIAL GOIÁS

THE EFFECTS OF THE COVID-19 PANDEMIC IN THE COMPANIES: THE ROLE PLAYED BY THE GOVERNMENT, BY THE COMPANIES AND BY THE DIRECTION OF THE POLO EMPRESARIAL GOIAS

Larissa Queiroz da Silva Souza
UNIALFA - Centro Universitário Alves Faria
larissaqueirozsouza@hotmail.com
Brasil

Paulo César Bontempo
UNIALFA - Centro Universitário Alves Faria
paulo.bontempo@unialfa.com.br
Brasil

Alcido Elenor Wander
UNIALFA - Centro Universitário Alves Faria
alcido.wander@unialfa.com.br
Brasil

Tatiana Carilly Oliveira Andrade
Centro Universitário Araguaia
tatianacarilly@gmail.com
Brasil

RESUMO

Este artigo procura identificar os efeitos da pandemia de COVID-19 nas empresas do Polo Empresarial Goiás, no município de Aparecida de Goiânia, incluindo quais medidas foram tomadas por estas empresas, o papel desempenhado pelo governo e pela direção do Polo frente à pandemia. A pesquisa caracteriza-se como uma investigação exploratória, descritiva, com abordagem quali-quantitativa. Foram aplicados questionários com questões fechadas a empresas do Polo e foi realizada uma pesquisa qualitativa, com questionário estruturado, junto aos diretores do Polo. Os resultados indicaram que houve um efeito negativo da pandemia na maioria das empresas pesquisadas. As medidas tomadas pelo governo como prorrogação de tributos, suspensão de contratos de trabalho, redução de jornadas e o programa PRONAMPE não abrangeram todas as empresas, e não foram eficientes para minimizar os efeitos da crise. Na visão das empresas, a direção do Polo poderia ter atuado de forma mais efetiva com iniciativas de medidas específicas para a crise e interlocução com outras entidades no intuito de trazer opções para enfrentamento da pandemia.

Palavras-chave: Polo industrial; Covid-19; Aparecida de Goiânia.

ABSTRACT

This paper seeks to identify the effects of the COVID-19 pandemic in the companies of the Polo Empresarial Goiás, in the municipality of Aparecida de Goiânia, what measures were taken by these companies, the role played by the government and by the direction of the Polo in the face of the pandemic. The research is characterized as an exploratory, descriptive investigation, with a qualitative and quantitative approach. Questionnaires with closed questions were applied to companies of the Polo and a qualitative research was carried out, with a structured questionnaire, with the Polo's directors. The results indicated that there was a negative effect of the pandemic in most of the companies surveyed. The measures taken by the government, such as extending taxes, suspending employment contracts, reducing working hours and the PRONAMPE program, did not cover all companies, and were not effective in minimizing the effects of the crisis. From the companies' perspective, the Polo's management could have acted more effectively with specific measures to face the crisis and could have interacted with other entities to bring options to face the pandemic.

Keywords: Industrial pole; Covid-19; Aparecida de Goiânia.

1. INTRODUÇÃO

Para Amato Neto (1999), as decisões de investimentos estão cada vez mais vinculadas a vantagens competitivas dinâmicas, como a presença de uma infraestrutura local adequada; proximidade com centros de pesquisa e desenvolvimento; oferta de força de trabalho qualificada; assim como acesso aos meios de transporte, de comunicação e outros.

A fim de superar as dificuldades colocadas pelo mercado, uma das medidas estratégicas empregadas pelas empresas em um ambiente competitivo é a constituição de aglomerados de empresas em localidades geográficas que viabilizem a obtenção de vantagem competitiva (SABINO; TAVARES; MARINHO, 2015).

A partir da eclosão da epidemia da doença causada pelo novo coronavírus - COVID-19 - em Wuhan, na China, o vírus que recebeu o nome de SARS-CoV-2 se espalhou rapidamente por diversos países ao redor do globo terrestre. Os níveis alarmantes de disseminação e contaminação das pessoas por esse vírus direcionaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificar a doença COVID-19 como pandemia no dia 11 de março de 2020. No Brasil, desde que o primeiro caso foi confirmado pelo Ministro da Saúde em 25 de fevereiro de 2020, o vírus se espalhou rapidamente e atingiu todos os estados brasileiros (PORSSE; SOUZA; VALE, 2020; RAFAEL et al., 2020; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020; RODRIGUEZ-MORALES et al., 2020).

Ebrahim et al. (2020) identificaram algumas estratégias para atenuar a disseminação do vírus, tais como: medidas de distanciamento social para reduzir o contato direto e próximo entre as pessoas; cancelamento e suspensão de eventos; quarentena domiciliar voluntária de famílias; restrição de viagens, incluindo voos e transportes públicos e restrições de rota sem comprometer serviços essenciais; mudanças nos serviços funerários para minimizar aglomerações e exposições a fluidos corporais e comunicação clara das autoridades sanitárias nacionais e internacionais para propiciar informações seguras a fim de evitar notícias falsas e pânico.

Spurk e Straub (2020) observam que a pandemia gerou efeitos amplos, imediatos e de curto prazo no emprego formal, como flexibilidade de horários e localização. As pessoas passaram a trabalhar de qualquer lugar, incluindo em suas casas, com horários de trabalho adaptados, o que levou a possíveis interrupções e distrações pelo convívio no ambiente familiar.

O objetivo deste trabalho é identificar os efeitos da pandemia causada pela doença COVID-19 nas empresas do Polo Empresarial Goiás, em Aparecida de Goiânia, o papel desempenhado pelo governo e pela direção do Polo.

A relevância da pesquisa justifica-se pela importância que a cidade de Aparecida de Goiânia tem na economia do Estado de Goiás, principalmente no setor industrial, do qual o

Polo Empresarial Goiás é um componente importante. Além disso, os efeitos de uma pandemia como a de COVID-19 é um fenômeno sem precedentes neste local, bem como na história recente do nosso país.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Marshall (1890) foi um dos primeiros autores a mencionar o conceito de indústrias especializadas concentradas em determinada região. Segundo o autor, causas diversas levaram à localização de indústrias, mas a principal foi condição física, como as características de clima e solo, existência de minas e pedreiras na redondeza ou fácil acesso por terra ou por água.

Schmitz (1999) observou que não somente países desenvolvidos possuíam casos de sucesso no que se referia às aglomerações; ele notou que embora subestimado, um número crescente de casos de países em desenvolvimento veio à tona onde aglomerados ajudaram as empresas locais a crescer e exportar. O autor elencou exemplos como os móveis de *rattan* da Indonésia, toalhas da Turquia, camisetas de algodão da Índia, instrumentos cirúrgicos do Paquistão, joias da Tailândia, computadores de Taiwan, produtos de madeira do Chile e revestimentos cerâmicos do Brasil.

Lastres e Cassiolato (2003) definem arranjos produtivos locais (APLs) como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes”. Esses arranjos envolvem a participação e interação de empresas, sejam fornecedores, clientes, associações, universidades, entre outros; ou seja, todos os atores que contribuem para o ecossistema do arranjo produtivo, de forma que ele seja inovador e gere aprendizado interativo para garantir a competitividade local.

O Estado de Goiás por meio do Decreto n. 5.990/2004, o qual criou a rede goiana do APL, assim definiu Arranjos Produtivos Locais:

Para os efeitos deste Decreto, consideram-se Arranjos Produtivos Locais os aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo espaço territorial, que apresentem, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem para a inovação tecnológica (BRASIL, 2004).

Um agrupamento de empresas com atributos semelhantes ou correlacionados, com diversificados tamanhos, mas com uma reunião considerável de pequenas e médias empresas não constituídas verticalmente compõem um sistema local de produção. Tais empresas aproximam fornecedores e demais indústrias correlatas e de apoio, das quais a existência e relevância nos sistemas locais são definidas unicamente pelas forças de mercado. Assomam-se, por isso, relevantes instituições de apoio a estas empresas (SUZIGAN et al., 2004).

A relevância dessas aglomerações de negócios para o fomento da economia de uma região ou país tem causado interesse não apenas de estudiosos e pesquisadores, como também de políticos, agências de desenvolvimento e de governos, que reconhecem neles uma alternativa de impulsionar e ampliar a competitividade de indústrias, diminuir desigualdades entre regiões ou criar polos de desenvolvimento (TELLES et al., 2011).

Na década de 1990, segundo Cruz e Teixeira (2010), houve um crescimento extraordinário dos estudos econômicos regionais, com um crescente interesse por parte dos economistas na geografia e na dimensão espacial da economia. Os mesmos autores realizaram um trabalho de análise bibliométrica da literatura o período de 1962 a 2007 para identificar os principais temas e características das publicações.

Para Porter (2009), as aglomerações são concentrações geográficas de companhias interconectadas, suprimentos especializados, fornecedores de serviços, entidades em setores relacionados que estão presentes em um local específico de um país, estado ou cidade e que concorrem, e cooperam entre si. O autor desenvolveu o Modelo Diamante, constituído por: condições de fatores, condições da demanda, setores correlatos e de apoio e estratégia, estrutura e rivalidade entre as empresas, sendo que tais atributos formam o ambiente em que as empresas nascem e aprendem a competir.

Segundo Porter (2009, p.181), as condições de fatores referem-se à "posição do país em relação aos fatores de produção, como mão de obra qualificada ou infraestrutura, necessária para competir em um determinado setor". Os fatores de produção incluem recursos como recursos físicos, humanos e financeiros à disposição das entidades econômicas, bem como a qualidade geral da infraestrutura fornecida por seus sistemas de transporte, comunicação, educação e saúde. O autor também enfatiza que fatores avançados, como conhecimento e capital humano, são mais importantes do que os fatores básicos.

Para Porter (2009), quando as condições de demanda são relativamente sofisticadas, as empresas nacionais devem reagir e melhorar suas capacidades produtivas. Dessa forma, um mercado sofisticado recompensaria as organizações por produzirem produtos ou serviços de classe mundial, na medida em que consumidores exigentes forçam as organizações a se tornarem mais sofisticadas e desenvolverem alta competitividade.

O terceiro elemento do modelo aborda a importância de ter grupos de fornecedores sofisticados e indústrias relacionadas em um país. De acordo com Snowdon (2011), uma das descobertas mais difundidas no estudo de Porter é a tendência das empresas de sucesso se agruparem em cada país em *clusters* de indústrias relacionadas e de suporte. Como resultado, as economias externas às empresas e setores individuais são internalizadas no *cluster*. Grant (2011) destaca que a presença de *clusters* ajuda as organizações a migrar para tecnologias emergentes e a se tornarem ou permanecerem de classe mundial. Assim, os *clusters* fornecem conhecimento, tecnologia, enriquecem a economia e levam a aumentos de produtividade.

Grant (2011) observa que, na conceituação de Porter, a rivalidade entre as empresas é extremamente importante para pressioná-las a cortar custos, melhorar a qualidade e inovar. Em um ambiente com intensa competição, a melhoria contínua é crítica para alta produtividade e desempenho.

2.1 Governança em Arranjos Produtivos Locais

No caso específico dos APLs, a governança relaciona-se aos diferentes modos de coordenação, interferência e participação nos processos de decisão locais dos agentes públicos e privados; e das várias atividades de organização dos fluxos de produção, tal qual o processo de geração, divulgação e uso de conhecimentos (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Souza e Cândido (2009) destacam que os APLs têm tido protagonismo no padrão de cooperação entre empresas, renunciando a importância da governança no estímulo dos níveis de competitividade e sustentabilidade, levando em consideração que os arranjos ao envolverem múltiplos atores e com interesses diversos demandam mecanismos de gestão que promovam essa articulação.

Krag et al. (2017) pontuam, ainda, que para a consolidação e crescimento de um APL, a cooperação e o aprendizado são de extrema importância, uma vez que a interação entre as

empresas do arranjo proporcionará maiores ganhos em vários níveis ou estágios do processo produtivo.

Pode-se considerar os seguintes fatores para avaliar a governança em um APL, segundo Cassanego Júnior (2014):

- Estrutura de governança – é a forma como a estrutura é organizada no arranjo;
- Objetivos da governança – são os resultados das ações dela, buscando criar valor para todos os envolvidos no arranjo;
- Funções da governança – são as atividades executadas por ela, as quais podem ser de coordenação/comando e na gestão das relações verticais e horizontais entre os diversos atores do arranjo;
- Meios ou mecanismos da governança – podem ser formais ou informais na execução das funções de governança; e são mediadores da interação entre os agentes participantes do arranjo;
- Agentes da governança – são os entes que atuam nela; partes interessadas na existência e desenvolvimento do arranjo;
- Requisitos da governança – condições necessárias para sua existência; referência para enfrentamento das diversas situações existentes em um arranjo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Censo Demográfico de 2010 revelou que Aparecida de Goiânia é o segundo município com mais habitantes do Estado de Goiás, o que representa aproximadamente 455.657 pessoas. Ainda segundo o mesmo Instituto, a população estimada no ano de 2019 foi de 578.179 pessoas. A cidade se encontra na terceira posição do ranking de participação do PIB do Estado (IBGE, 2020a).

O *locus* e objeto deste estudo foi o Polo Empresarial Goiás, que conforme a Federação das Indústrias de Goiás (FIEG, 2015) foi o segundo polo empresarial criado pelo município de Aparecida de Goiânia, estabelecido pelas Leis Municipais n° 1.623, de 13 de junho de 1997, que desapossou imóveis num total de aproximadamente 4.840.000 m² ou 484 hectares, e pela Lei n° 1.624, da mesma data, que criou o distrito. No ano de 2002, a Lei Municipal n° 2.264 desapropriou mais 51.000m² para sua expansão.

A escolha do Polo Empresarial Goiás para a realização deste estudo foi por conveniência e possibilidade de acesso às empresas do Polo. As 146 empresas do Polo Empresarial Goiás, participantes da pesquisa, com base na lista da Associação das Empresas Sediadas no Polo Empresarial Goiás - Apolo são de diversos segmentos, com predomínio do setor de construção civil (13%) e alimentos (9%). Destaca-se também os setores de logística e transporte (6%), moveleiro (5%), metalúrgico (5%), materiais de construção (5%) e farmacêutico (5%).

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação exploratória, a qual segundo Vergara (2019, p. 42) “é realizada em área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Ainda, conforme Vergara (2019) esta pesquisa é descritiva, pois expõe características de determinado fenômeno ou população e estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Quanto à abordagem do problema classifica-se como qualitativa.

Para identificar os efeitos da pandemia de COVID-19 nas empresas do Polo Empresarial Goiás, foi utilizado na pesquisa um questionário adaptado de IBGE (2020b).

Numa segunda etapa, a pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, através de entrevista estruturada, na qual o “entrevistador realiza o seu trabalho tendo como base um roteiro de perguntas específicas e se limita exclusivamente a ele” (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2013), com 3 dirigentes do Polo para se identificar como, na visão deles, esse arranjo enfrentou os impactos da COVID-19.

Por último, foi aplicado um questionário estruturado adaptado de Bitante et al. (2018) para avaliar a governança exercida no Polo Empresarial Goiás.

3.1 População, Amostra e Instrumento de Pesquisa

3.1.1 Questionário aplicado nas empresas

Da lista de 161 associados fornecidos pela Associação das Empresas Sediadas no Polo Empresarial Goiás, foi verificado que 146 destas empresas estão ativas, as quais fizeram parte da população pesquisada.

Os dados foram coletados através de questionário com perguntas fechadas, enviados por e-mail pela plataforma *Survey Monkey* para as 146 empresas ativas, entre novembro e

dezembro do ano de 2020. No e-mail enviado, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os respondentes da pesquisa foram colaboradores das áreas financeira, contábil, administrativa e recursos humanos das empresas catalogadas para o estudo. O instrumento de coleta de dados, questionário fechado, foi dividido em quatro seções, sendo que a primeira seção buscou identificar as características da empresa (03 questões); a segunda procurou conhecer a situação da empresa no mês de novembro/2020 (02 questões); a terceira procurou entender o impacto geral da pandemia no ambiente de negócios (1 questão); e a quarta seção buscou avaliar os impactos específicos da pandemia em cada empresa (08 questões).

3.1.2 Entrevistas com gestores do Polo

Para entender como as empresas enfrentaram a pandemia na visão dos empresários participantes da diretoria do Polo, foram realizadas entrevistas estruturadas com 3 (três) empresários por meio de videoconferência utilizando o aplicativo *Zoom*, que permite fazer gravações.

A análise destes dados foi feita por meio de análise de conteúdo, que possibilita a “classificação de frases, palavras ou partes de textos para posterior quantificação e verificação de frequência, das características e particularidades, conforme o tema em estudo” (CALIXTO, 2009, p. 99).

Foram adotadas três etapas de análise de conteúdo, conforme recomenda Bardin (2016):

1. Pré-análise: fase de organização, operacionalização e sistematização das ideias, por meio de escolha dos documentos a serem analisados, formulação de hipóteses e objetivos e laboração de indicadores que fundamentam a interpretação final;

2. Exploração do material: análise do material selecionado, codificação, decomposição e enumeração para posterior categorização;

3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: os dados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos; esses dados analisados através de operações estatísticas simples ou mais complexas permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos.

3.1.3 Questionário aplicado aos gestores do Polo

No intuito de avaliar os fatores de governança no Polo Empresarial Goiás, foi utilizado um questionário estruturado desenvolvido por Bitante et al. (2018) e adaptado com um menor número de variáveis para este trabalho. Optou-se por reduzir o número de variáveis de 103 para 73, levando em consideração que os respondentes seriam empresários, diretores da Associação Nacional das Empresas do Polo Empresarial Goiás, que têm disponibilidade limitada para participar e contribuir com a pesquisa.

O referido questionário avalia seis fatores de Governança, sendo eles: estrutura (formado por 5 variáveis), objetivos (formado por 13 variáveis), funções (formado por 17 variáveis), mecanismos da governança (formado por 14 variáveis), agentes (formado por 9 variáveis) e requisitos (formado por 15 variáveis).

No questionário aplicado, os respondentes identificaram as variáveis que, de acordo com a percepção deles, estavam vinculadas aos fatores de governança presentes no Polo Empresarial Goiás.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Questionários aplicados nas empresas

Do total 146 questionários enviados para as empresas do Polo, foi possível obter 36 questionários respondidos, o que corresponde a um índice de retorno de 24,7%.

Constatou-se que o tempo de existência da grande maioria das empresas pesquisadas é de 10 a 15 anos e a amostra contou também com um maior número de médias empresas, representando 53% das respondentes. Quanto às grandes empresas, essas representaram 28% das respondentes.

Com relação ao setor de atuação, verificou-se que 50% das empresas respondentes, são do setor industrial. Quanto à situação operacional, 97% dos respondentes informaram que a empresa estava funcionando, mesmo que parcialmente, no mês de novembro de 2020, e 3% não responderam esta pergunta.

Como 97% dos respondentes da questão 5 sobre a situação da empresa no mês de novembro de 2020 disseram que a empresa estava funcionando, a questão 6, cuja pergunta relacionou se o encerramento temporário ou definitivo da empresa foi em decorrência da COVID-19, foi ignorada pela maioria deles (33%).

Relativamente ao efeito da pandemia sobre a empresa, a Tabela 1 indica que 44% dos respondentes afirmam que a empresa sofreu um efeito negativo desde o início da pandemia até novembro de 2020, com relação ao período anterior à COVID-19, enquanto 28% afirmam ter tido um efeito pequeno ou inexistente. Para 19% dos respondentes houve um efeito positivo moderado da pandemia sobre os negócios, e 6% indicaram um efeito positivo elevado. Dos respondentes que indicaram um efeito negativo, a maioria é composta por indústrias de médio porte, que afirmaram ter utilizado apoio do governo; em relação aos que afirmaram ter tido um efeito pequeno ou inexistente, a maior parte é de indústrias de grande e médio porte. Das respostas com efeito positivo moderado, o maior número foi de empresas comerciais de grande porte que não utilizaram apoio do governo. Finalmente, as empresas que informaram um efeito positivo elevado são do setor de indústria e comércio e não utilizaram apoio do governo.

Tabela 1 - Como a empresa tem sido afetada em relação ao período anterior à COVID-19

Início da pandemia até nov./2020	Quantidade	%
Tem tido um efeito negativo elevado	3	8
Tem tido um efeito negativo	13	36
Tem tido um efeito pequeno ou inexistente	10	28
Tem tido um efeito positivo moderado	7	19
Tem tido um efeito positivo elevado	2	6
Não sabe dizer	1	3

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa.

A respeito das vendas de produtos ou serviços comercializados pelas empresas com relação ao período anterior ao início da pandemia, 44% das empresas afirmam que tiveram uma moderada dificuldade em atender seus clientes. Essas respostas correspondem na sua maioria a indústrias de médio porte que utilizaram o apoio do governo.

No lado da oferta, 50% das empresas respondentes indicaram ter tido uma moderada dificuldade em produzir, comercializar ou prestar serviços, o que sugere que enfrentaram algumas adversidades devido à pandemia. A maioria desses respondentes que informaram dificuldade moderada são indústrias de médio porte que utilizaram apoio do governo. Os 25%

que não sofreram alteração significativa na sua capacidade de produzir, comercializar ou prestar serviços são, em grande parte, prestadoras de serviços de pequeno, médio e grande porte. Dos 8% que tiveram moderada facilidade em produzir, comercializar ou prestar serviços, predominam empresas do setor de comércio com classificação de grande porte.

Para a cadeia de suprimentos e nível de acesso aos fornecedores de insumos, matérias-primas ou mercadorias para revenda (Tabela 2), 53% confirmaram ter tido moderada dificuldade na obtenção desses materiais com relação ao período anterior à pandemia; esse percentual é composto proporcionalmente de indústrias e empresas comerciais de médio e grande porte, sendo que parte delas utilizaram apoio do governo e outra parte não. Dos 28% que revelaram elevada dificuldade no acesso à fornecedores, é preponderante o número de indústrias de médio porte que não utilizaram apoio do governo.

Tabela 2 - Efeitos sobre o nível de acesso aos fornecedores de insumos, matérias-primas ou mercadorias para revenda

Acesso a fornecedores	Quantidade	%
Teve uma elevada dificuldade na obtenção desses materiais	10	28
Teve uma moderada dificuldade na obtenção desses materiais	19	53
Não houve alteração significativa na obtenção desses materiais	7	19
Teve uma moderada facilidade na obtenção desses materiais	0	0
Teve uma elevada facilidade na obtenção desses materiais	0	0
Não sabe dizer	0	0

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa.

Não houve alteração significativa na capacidade das empresas em realizar pagamentos de rotina como tributos, fornecedores, salários, aluguéis e energia elétrica durante a pandemia em relação ao período anterior ao início da pandemia, segundo 47% dos respondentes, com predominância de indústrias de médio porte.

Quanto ao número de funcionários, observa-se que 50% das empresas respondentes afirmaram não ter havido mudança, ou seja, não houve contratações nem dispensas para essas empresas que são dos setores de indústria e comércio de porte médio e grande. No entanto, 39% das empresas respondentes afirmaram que houve redução no quadro de funcionários, empresas essas do setor de indústria de médio e grande porte; algumas delas utilizaram apoio do governo e outras não.

A pesquisa revela que nos casos onde houve redução ou aumento do número de funcionários, 31% das empresas respondentes não souberam estimar o percentual de variação do quadro de pessoal, sendo elas do setor de indústria e também comércio com porte variado de micro a grande empresa; 25% informaram que o percentual de redução/aumento foi inferior a 10%, identificados como indústrias de médio porte; e 17% das respondentes afirmaram que a variação de funcionários foi entre 10 e 25%, sendo estas pertencentes a diversos setores e com diferentes portes.

Para minimizar os impactos da pandemia, as empresas tiveram que adotar medidas que garantissem a sua sobrevivência e sustentabilidade, conforme aponta a Tabela 3. De acordo com as empresas respondentes, 33% das empresas anteciparam as férias dos funcionários, sendo essas dos setores de indústria e comércio com prevalência de médias empresas; 22% realizaram campanhas de informação e prevenção e adotaram medidas extras de higiene nas indústrias de médio porte; e 19% adiaram o pagamento de impostos, com maior número de empresas prestadoras de serviço e porte heterogêneo.

Tabela 3 - Medidas adotadas em relação aos impactos da pandemia

Medidas adotadas pela empresa	Quantidade	%
A empresa lançou ou passou a comercializar novos produtos ou serviços	3	8
Alterou o método de entrega de produtos ou serviços; incluindo a mudança para serviços online	0	0
Adiou o pagamento de impostos	7	19
Conseguiu um alinha de crédito emergencial para pagamento da folha salarial	3	8
Antecipou as férias dos funcionários	12	33
Realizou campanhas de informação e prevenção e adotou medidas extras	8	22
Outros	2	6
Não adotou nenhuma medida	1	3
Não sabe dizer	0	0

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa.

Das empresas que adotaram medidas para atenuar os impactos da pandemia, 53% afirmaram realizá-las sem apoio do governo, distribuídas com maior número de indústrias e comércio de médio porte; enquanto 44% dos respondentes tiveram apoio do governo, sendo

este percentual desmembrado proporcionalmente em empresas dos setores de indústria, comércio e prestação de serviços e de portes médio e grande.

4.2 Entrevistas com gestores

As entrevistas foram realizadas com 3 (três) empresários participantes da Diretoria do Polo Empresarial Goiás. A Tabela 4 apresenta o conjunto de dados a respeito da aplicação das entrevistas e do perfil dos entrevistados. Esta divisão foi escolhida para tentar manter o anonimato dos respondentes. Pode-se perceber que todos os entrevistados são do sexo masculino, fizeram as entrevistas pela internet por meio do aplicativo *Zoom*, e que o tempo de duração das entrevistas varia de entrevistado para entrevistado. As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro estruturado de perguntas.

Tabela 4 - Informações entrevistas Diretores Polo Empresarial Goiás

Identificação	Entrevistado	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Local da entrevista	Aplicativo <i>Zoom</i> (online)	Aplicativo <i>Zoom</i> (online)	Aplicativo <i>Zoom</i> (online)
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino
Data da entrevista	01/02/2021	08/02/2021	08/02/2021
Duração da entrevista	09:05	03:44	02:42

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa realizada.

Com relação à gestão do Polo foi perguntado aos entrevistados quem seria o agente responsável pela gestão do Polo Empresarial Goiás. Todos eles informaram que “o agente responsável pela gestão do Polo, nosso Presidente da Associação do Polo Empresarial Goiás” (Entrevistado 3).

Ainda, sobre a gestão “uma meta principal é fazer a regularização do Polo(...) que a maioria do polo não tem escritura, tem um documento de cessão de uso, né (...) em nome das empresas (Entrevistado 1)”.

Questionou-se se houve ação conjunta das empresas para enfrentamento da pandemia, ao que o Entrevistado 1 respondeu que de forma coletiva não houve. Ele pontuou, ainda, que houve um período de *lockdown*, em que muitas empresas, por suas características ou tipo de produtos/serviços oferecidos foram impedidas de operar.

Os Entrevistados 2 e 3 afirmaram que houve instruções por parte da Associação de medidas de controle da pandemia, tais como: utilização de termômetros e álcool em gel e manter distanciamento nos ambientes de trabalho.

Após isto, se questionou se haveria um fortalecimento da competitividade das empresas do Polo com relação às empresas não participantes do Polo no momento de pandemia. Os entrevistados divergiram um pouco nas respostas. O inquirido 2 acredita que a união com a Associação propiciou a propagação de boas práticas de enfrentamento da pandemia das empresas maiores para as menores, e que isso seria uma vantagem do Polo.

O Entrevistado 3 não vê muita vantagem em ser participante do Polo, somente a pontuação que existe por estar dentro de um polo industrial nos programas de incentivos fiscais do governo estadual, que são o Produzir e o Fomentar. Já o Entrevistado 1 explica que o fortalecimento da competitividade não é uma política do Polo e que algumas ações devem ser feitas com este objetivo porque o Polo Empresarial Goiás é um dos mais bem situados e mais bem equipados do município.

Foi perguntado também se houve apoio de instituições como o SEBRAE, BNDES ou apoio governamental para o enfrentamento da pandemia, o que foi respondido de forma negativa pelos entrevistados 2 e 3. Na visão deles, as empresas estão agindo de forma individual, cada uma com sua gestão, no enfrentamento da pandemia.

O Entrevistado 1 diz que houve apoio sim, *“que houve aporte, por exemplo, no caso das microempresas (...) de prorrogação de recolhimento de tributo, empréstimos e a PRONAMPE. (...) As médias empresas tiveram um empréstimo também via PRONAMPE. (...) Foi uma condição bastante favorável, porém, a gestão desses recursos acabou sendo consumida com essas altas de matéria-prima”*. Ele afirma que compra 40% (quarenta por cento) menos matéria prima atualmente gastando o mesmo tanto que antes da pandemia, ou seja, os gastos aumentaram muito.

O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) é um programa do governo federal destinado ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 (BRASIL, 2021a).

4.3 Questionários aplicados aos empresários gestores do Polo

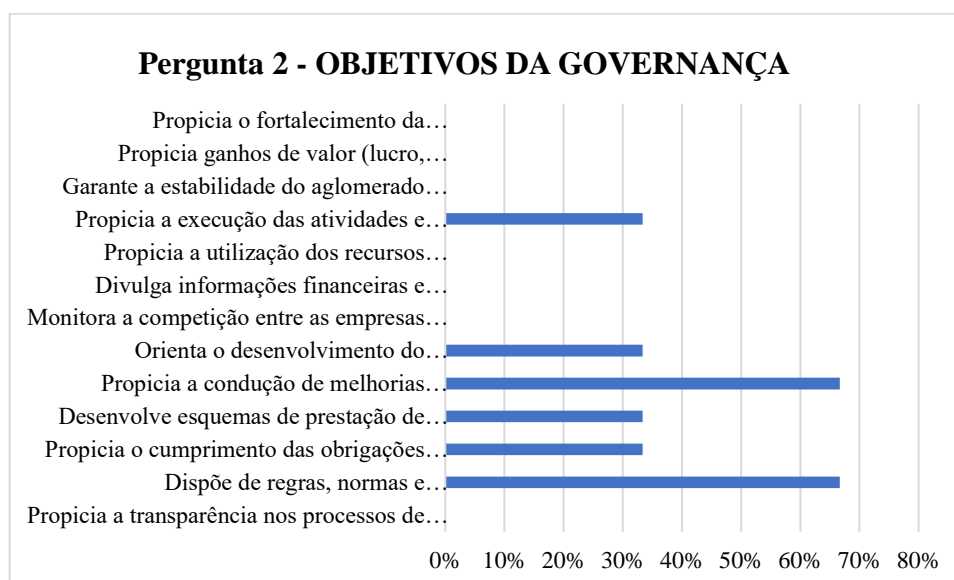
Os questionários avaliando os fatores de governança no Polo Empresarial Goiás foram aplicados aos 3 empresários participantes das entrevistas do item anterior. Foi solicitado que eles marcassem, em cada questão, qual era a percepção deles nas opções sobre os fatores estrutura, objetivos, funções, mecanismos, agentes e requisitos da governança do Polo.

O questionário foi aplicado entre os dias 01 e 08/02/2021, por meio da plataforma *Survey Monkey*, enviado por e-mail ou link no aplicativo de mensagens *WhatsApp*. O questionário permitia a escolha de mais de uma resposta.

Para a primeira pergunta sobre o fator Estrutura de governança no Polo Empresarial Goiás, todos os respondentes (100%) afirmaram que é exercida por um agente/responsável/coordenador/representante, o que nos leva a entender que eles consideram a Apolo responsável pela governança do Polo.

A Figura 1 demonstra o percentual de respostas obtidas para os objetivos da governança no Polo, e tem predominância das opções: “Propicia a condução de melhorias operacionais nas empresas participantes” e “Dispõe de regras, normas e procedimentos para as atividades/ações (regulamentos formais)”, ambos obtiveram marcação de 67% dos respondentes.

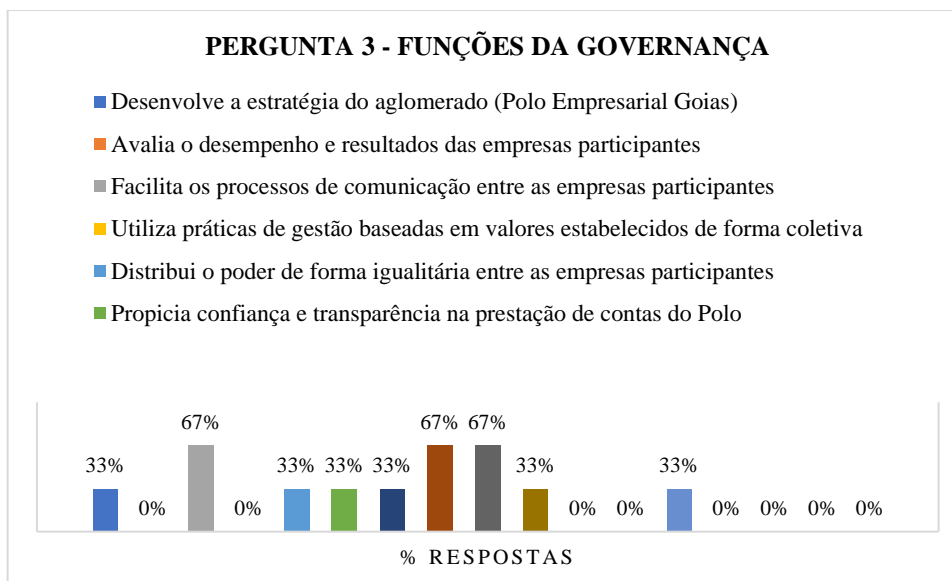
Figura 1 - Respostas Pergunta 2 - Objetivos da Governança



Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa.

Para as funções da governança, os resultados evidenciam que foram escolhidas por um maior número de respondentes os itens que informam que há uma facilitação nos processos de comunicação entre as empresas participantes (67%); que há um incentivo à abertura de empresas no Polo (67%) e que oferece serviços de forma geral para auxílio das empresas participantes (67%), conforme Figura 2.

Figura 2 - Respostas Pergunta 3 - Funções da Governança



Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

Com relação aos mecanismos de governança, os respondentes consideram que há uma coordenação efetiva do Polo (100%), além de afirmarem que há disposição de um código de ética e conduta para os participantes (33,33%) e uma avaliação da postura das empresas participantes a respeito de comportamentos cooperativos (33,33%).

No que se refere aos agentes da governança, os respondentes declararam que o Polo tem como agentes responsáveis os executivos das empresas participantes (67%), e parte deles acredita que os agentes responsáveis são as associações empresariais de classe (33%).

Quanto aos requisitos da governança, os respondentes apontaram, predominantemente, que há confiança das empresas participantes, que desenvolvem relações satisfatórias com as empresas participantes e que buscam o equilíbrio e a representação de todas as empresas participantes, todos esses quesitos com 67% de respostas.

Considerando o objetivo principal desta pesquisa, a saber, identificar os efeitos da pandemia causada pela doença COVID-19 nas empresas do Polo Empresarial Goiás, em Aparecida de Goiânia, o papel desempenhado pelo governo e pela direção do Polo, os achados desta pesquisa revelam que as empresas continuaram funcionando, mesmo que parcialmente no mês de novembro de 2020. Embora grande parte das empresas tenham sofrido um efeito negativo com relação ao período pré-pandemia, nota-se que algumas empresas observaram um efeito positivo da pandemia em seus negócios. Dentre as empresas que tiveram efeito positivo moderado ou elevado, temos setores e portes heterogêneos, mas pode-se afirmar que são empresas de setores de itens essenciais como alimentação, limpeza e medicamentos.

Com relação às vendas de produtos, nota-se que toda a cadeia foi moderadamente afetada, desde o acesso aos fornecedores, quantidade fabricada ou comercializada, e na ponta da cadeia, moderada dificuldade em atender os clientes. Esta constatação ratifica Wren-Lewis (2020), que afirma que a pandemia traz um choque não apenas na cadeia de suprimentos, mas também um choque de demanda.

Levando-se em conta que estas empresas têm entre seus fornecedores e clientes outras empresas localizadas em diferentes cidades e Estados do Brasil (FIEG, 2015), nota-se que a pandemia afetou também a cadeia produtiva de outras localidades do país.

Mesmo tendo as vendas prejudicadas, a maioria das empresas indicou não ter havido alteração significativa na capacidade de realizar pagamentos e pouca redução no número de funcionários.

Dentre as medidas implantadas pelo Governo Federal para enfrentamento da pandemia, pode-se destacar:

1) o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 para os cidadãos sem emprego formal do mês de abril até dezembro de 2020, que assegurou a manutenção das vendas das empresas de itens de primeira necessidade como alimentação e produtos de limpeza;

2) a possibilidade de suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada, com efeitos na diminuição do valor pago da folha de pagamento, na intenção de resguardar um maior número de empregos (SPURK; STRAUB, 2020);

3) a prorrogação de pagamento de impostos federais;

4) o PRONAMPE, que foi um empréstimo do Governo em parceria com a Caixa Econômica Federal, com juros mais baixos, destinado a microempresas e empresas de pequeno porte.

Os dados da pesquisa evidenciam que as empresas anteciparam férias dos funcionários, adiaram o pagamento de impostos, realizaram campanhas de informação e medidas extras para a prevenção da contaminação do vírus, procuraram crédito emergencial para pagamento de folha em bancos privados e até mesmo lançaram novos produtos para lidarem com a crise instalada pelo coronavírus. Observou-se que 50% dessas empresas realizaram estas ações sem apoio do governo e outros 44% utilizaram apoio do governo.

Foi possível observar também que a direção do Polo, representada pela Apolo conforme indicaram os participantes da pesquisa, atuou de forma muito contida no enfrentamento da pandemia. Houve instruções para medidas de controle da pandemia como utilização de termômetros e álcool em gel e respeito do distanciamento social no ambiente de trabalho, somente (EBRAHIM et al., 2020). Não se realizou uma ação mais específica de apoio às empresas, nem interlocução com outras entidades no sentido de unir forças em benefício do Polo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar como a pandemia causada pela doença COVID-19 afetou as empresas do Polo Empresarial Goiás e qual o papel desempenhado pelo governo e pela direção do Polo no enfrentamento da pandemia.

Os resultados demonstraram que houve um efeito negativo com relação ao período pré-pandemia na maioria das empresas do Polo, especialmente nas indústrias de médio porte. Algumas empresas, no entanto, observaram um efeito positivo da pandemia sobre seus negócios. A cadeia de acesso a fornecedores, fabricação de produtos e atendimento aos clientes foi moderadamente afetada. Não se verificou alterações significativas na capacidade de realizar pagamentos e número de funcionários das empresas. A partir das respostas obtidas, conclui-se que a gestão destas companhias teve papel preponderante no enfrentamento da crise pandêmica, sendo que medidas tomadas pelo governo como prorrogação de tributos, suspensão de contratos de trabalho, redução de jornadas e o programa PRONAMPE não abrangeram todas as empresas e não foram eficientes para minimizar os efeitos da crise.

Principalmente do que diz respeito à disponibilização de créditos para as empresas, foi possível constatar que o governo poderia ter sido mais efetivo.

Conclui-se também que a direção do Polo poderia ter atuado de forma mais efetiva com iniciativas de medidas específicas para a crise e interlocução com outras entidades no intuito de trazer opções para enfrentamento da pandemia.

Com relação à governança do Polo, observou-se que os objetivos propiciam a condução de melhorias operacionais nas empresas participantes, dispõe de regras, normas e procedimentos para as atividades/ações; que há uma facilitação nos processos de comunicação entre as empresas participantes, há incentivo à abertura de empresas no Polo, assim como a governança oferece serviços de forma geral para auxílio das empresas participantes. Notou-se que há uma coordenação efetiva do Polo e que os agentes responsáveis por isso são os executivos das empresas juntamente com a associação empresarial de classe. Ademais, há confiança das empresas participantes na governança.

Em contraponto ao exposto, os empresários não entendem que as empresas se tornam mais competitivas por serem participantes do aglomerado. Neste sentido, há uma urgência de liderança que promova a interação entre os múltiplos atores que envolvem o Polo, para desenvolver o potencial ali existente e fomentar os níveis de competitividade e sustentabilidade das empresas como um todo (SOUZA; CÂNDIDO, 2009).

No que se refere a implicações práticas, os resultados obtidos trazem um diagnóstico que pode ser utilizado para a governança do Polo. Nesse sentido, gestores do Polo podem utilizar tais achados para trazer soluções coletivas e articular cooperação entre empresas para potencializar os resultados das empresas do Polo. Ainda, este estudo contribui com os esforços para delineamento de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico do Polo Empresarial Goiás.

Entre as limitações do estudo está o número de questionários válidos obtidos. Ainda, como se trata de um estudo de recorte transversal, os dados foram coletados em apenas um momento, limitando os resultados no que tange à investigação dos efeitos da pandemia.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva: antecedentes, panorama atual e contribuições para uma política industrial.** 1999. 236f. Tese (Doutorado em Livre Docência) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BITANTE, Alessandra Preto; DONAIRE, Denis; PREARO, Leandro Campi; GASPAR, Marcos Antonio. Análise dos fatores componentes da governança em Arranjos Produtivos Locais. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 27, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/7527/pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Governo do Estado de Goiás. Decreto nº 5.990, de 12 de agosto de 2004. Institui a Rede Goiana de Apoio e Arranjos Produtivos Locais e dá outras providências. **Diário Oficial**, Goiânia, 17 de agosto 2004. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=1051>. Acesso em 04 jun. 2019.

BRASIL. Governo Federal. Conheça o Programa Nacional de Apoio à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE). **Empresas & Negócios**, 12 fev. 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/credito/pronampe>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CALIXTO, Laura. Estudos de caso sobre custos ambientais: Ênfase nos procedimentos metodológicos. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 87-109, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712009000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CASSANEGO JÚNIOR, Paulo Vanderlei. **Governança em Clusters de Negócios: um estudo em Clusters do Rio Grande do Sul.** 2014. 204f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CRUZ, Sara C. S.; TEIXEIRA, Aurora A. C. The evolution of the cluster literature: Shedding light on the regional studies–regional science debate. **Regional Studies**, v. 44, n. 9, p. 1263-1288, 2010. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00343400903234670>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

EBRAHIM, Shahul H; AHMED, Qanta A; GOZZER, Ernesto; SCHLAGENHAUF, Patricia; MEMISH, Ziad A. Covid-19 and community mitigation strategies in a pandemic. **BMJ**, v. 368, n. 1066, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.bmj.com/content/bmj/368/bmj.m1066.full.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

FIEG. Federação das Indústrias do Estado de Goiás. **Polos Industriais do Estado de Goiás: Aparecida de Goiânia**. Goiânia: FIEG/SEBRAE, 2015. 64p.

GRANT, Robert M. National economic development and The Competitive Advantage of Nations. In R. Huggins, H. Izushi. **Competition, Competitive Advantage, and Clusters: the ideas of Michael Porter**, Oxford University Press, 2011.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução de: Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aparecida de Goiânia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aparecida-de-goiania/panorama>>. Acesso em: 30 jun. 2020a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da COVID-19 nas Empresas**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/944960984bb69ed57e987753b08a5eff.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020b.

KRAG, Márcia Nágem; SANTANA, Antonio Cordeiro de; SALOMÃO, Rafael De Paiva; MARTINS, Cyntia Meireles; GOMES, Sérgio Castro. A Governança do Arranjo Produtivo Local da Castanha-do-Brasil na Região da Calha Norte, Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 55, n. 3, p. 589-608, jul./set. 2017.

LASTRES, Helena, M. M; CASSIOLATO, José E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/Livros%20e%20artigos%20extras/Gloss%C3%A1rio%20de%20Arranjos%20e%20Sistemas%20Produtivos.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2020.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. London: Macmillan, 1890.

PORSSE, Alexandre Alves; SOUZA, Kenia Barreiro de; CARVALHO, Terciane Sabadini; VALE, Vinicius de Almeida. **Impactos Econômicos da COVID-19 no Brasil: Nota Técnica NEDUR-UFPR n. 01-2020**. Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e Regional (NEDUR) da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, abr./2020. Disponível em: <<http://www.nedur.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/04/nota-tecnica-nedur-ufpr-01-2020-impactos-economicos-da-covid-19-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PORTER, Michael E. **Competição**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; NETO, Mercedes; CARVALHO, Marina Maria Baltazar de; DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; ACIOLI, Sonia; FARIA, Magda Guimarães de Araujo. Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil? **Revista Enfermagem UERJ**, v. 28, p. e49570, abr. 2020. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/49570>>. Acesso em: 19 maio 2020.

RODRIGUEZ-MORALEZ, Alfonso J.; GALLEGO, Viviana; ESCALERA-ANTEZANA, Juan Pablo; MÉNDEZ, Claudio A.; ZAMBRANO, Lysien I.; FRANCO-PAREDES, Carlos; SUÁREZ, Jose A.; RODRIGUES-ENCISO, Hernan D.; BALBIN-RAMON, Graciela Josefina; SAVIO-LARRIERA, Eduardo; RISQUEZ, Alejandro; CIMERMAN, Sergio. COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in Brazil. **Travel Medicine and Infectious Disease**, feb. 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32126292/>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SABINO, Emerson Rodrigues; TAVARES, Frederico Romel Maia; MARINHO, Rosa Maria de Medeiros. **Levantamento das Variáveis Estratégicas do Modelo Diamante de Porter em Empresas do APL de Calçados do Cariri – CE**. Fortaleza: Enegep, 2015. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_212_257_26472.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SCHMITZ, Hubert. Global Competition and Local Cooperation: Success and Failure in the Sinos Valley, Brazil. **World Development**, v. 27, n. 9, p. 1627-1650, sep. 1999. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X99000753>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SNOWDON, Brian. The growth and competitiveness of nations: Porter's contribution. In Huggins, R.; Izushi, H. **Competition, Competitive Advantage, and Clusters: the ideas of Michael Porter**, Oxford University Press, 2011.

SOUZA, Sandra Maria Araújo de; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Relações entre as formas de governança de arranjos produtivos com a competitividade e o desenvolvimento local sustentável. **Revista Gestão Industrial**, v. 5, n. 1, p. 161-187, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/629/538>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

SPURK, Daniel; STRAUB, Caroline. Flexible employment relationships and careers in times of the COVID-19 pandemic. **Journal of Vocational Behavior**, v. 119, n. 103435, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0001879120300609>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João; GARCIA, Renato; SAMPAIO, Sérgio. Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, n. 4, p. 548-570, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572004000400548&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2021.

TELLES, Renato; ALTHEMAN, Edman; SIQUEIRA, João Paulo Lara de; ROMBOLI, Silton Marcell. Clusters comerciais: um estudo sobre concentrações de bares na cidade de São Paulo. **Gestão & Regionalidade**, v. 27, n. 81, p. 32-45, 2011. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/3346/clusters-comerciais--um-estudo-sobre-concentracoes-de-bares-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19):** situation report - 51. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2021.